É hora de construirmos as utopias do futuro | Carta semanal 16 (2020)

Ελληνικά

Gontran Guanaes Netto, O povo da terra dos papagaios, 1982

Queridos amigos e amigas,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

Burkina Faso, na região do Sahel do continente africano, foi duramente atingida pela pandemia global; No continente, o número oficial de mortes pelo Covid-19 **só é menor que na Argélia**. Nos últimos dezesseis meses, cerca de 840 mil pessoas de vinte milhões **foram deslocadas** no país por conflitos e secas; somente em

março, 60 mil pessoas foram expulsas de suas casas. No ano passado, as Nações Unidas calcularam que o número de residentes de Burkinabè que tinham pouco acesso à comida era de 680 mil; neste ano, a ONU estima que o número suba para 2,1 milhões. O conflito por recursos e por questões ideológicas já havia sobrecarregado bastante a região, onde a dessecação do Sahel gerada por uma catástrofe climática produziu uma grave crise agrária. Não é de admirar que Xavier Creach, coordenador do Sahel do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), **tenha dito recentemente** que as "comunidades locais demonstraram uma generosidade notável, mas não aguentam mais. As capacidades nacionais estão sobrecarregadas. A próxima temporada de seca, juntamente com o conflito armado e o Covid-19, gerará outras situações dramáticas e deslocamentos das populações. O tempo está passando; nos resta pouco tempo".

Pierre-Christophe Gam, The Murder [O assassinato], 2017.

Como o mundo se deteriorou. Em 1984, o líder marxista da Burkina Faso, Thomas Sankara, foi às Nações Unidas e falou sobre a importância de erradicar a fome. Ele disse que cada pessoa em seu país merecia – no mínimo – duas refeições por dia e água limpa. Para esse fim, o governo socialista de Sankara conduziu uma

agenda de reforma agrária, que incluía redistribuição de terras e plantio de árvores para combater a dessecação; ele iniciou o projeto *un village, un bosquet* ("uma vila, um bosque") que resultou no plantio de dez milhões de árvores ao longo de quinze meses. "Precisamos produzir mais", **disse ele**, sem depender de ajuda externa ou da importação de alimentos, "porque claro que quem te alimenta também te impõe a vontade dele". "Nossos estômagos serão ouvidos", disse Sankara, quando suas políticas erradicaram a fome em Burkina Faso, conforme relatado pelo ex-relator especial da ONU sobre o direito à alimentação, Jean Ziegler. Sankara foi assassinado por essas políticas em 1987, e Burkina Faso se transformou em uma ruína de um grande sonho de emancipação.

José Francisco Borges, O Crime Ecológico, 2004.

Em 1971, a cantora pernambucana Zélia Barbosa interpreta uma versão de "Canção da Terra", de Edu Lobo e Ruy Guerra, escrita em 1964: "Sem ter nação para viver/ Sem ter um chão para plantar /Sem ter amor para colher / Sem ter voz livre pra cantar / É, meu pai morreu".

Zélia Barbosa, *Sertão & favelas*, 1968

No Brasil e em muitas partes do mundo, a ocorrência de grandes propriedades de terra, os latifúndios – hoje fazendas de grandes corporações – tirou os meios de produção e os mecanismos de sobrevivência das mãos de centenas de milhões de camponeses ao redor do mundo. Uma vez despojados de suas terras, são forçados a vender sua força de trabalho para empresas industriais ou agrícolas. Separados de suas raízes, os trabalhadores agrícolas e industriais do Sul Global tornaram-se mão-de-obra dispersa, vagando do campo para a fábrica e da fábrica para o campo em uma espiral interminável em busca de trabalho.

A intensa exploração e a fome por um chão para plantar combinaram-se para produzir movimentos políticos em todo o mundo de luta pela reforma agrária. No Brasil, esses acontecimentos levaram à criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984, que ocupou terras, construiu assentamentos e criou uma cultura de cooperação e solidariedade como instrumentos para promover a luta dos trabalhadores agrícolas e dos pobres sem-terra. Essa luta inspirou trabalhadores sem terra em todo o mundo a reivindicar seu direito à terra – da Argentina ao Haiti, passando pelo Zimbábue. Para o MST, a luta está enraizada na terra, mas se desenvolveu politicamente para se tornar uma luta contra a opressão social de todos os tipos – como o racismo, o patriarcado e a lgbtfobia – e pela transformação social total. A luta é uma antiga companheira dos afro-brasileiros, que lideraram a resistência contra o sistema escravista, e agora se transformou no acesso à terra e em defesa da natureza; que a história da luta redime a humanidade de sua pior

encarnação.

Nosso dossiê n° 27, ***Reforma Agrária Popular e a Luta pela Terra no Brasil***, explora a longa história das lutas pela terra no Brasil e oferece uma introdução clara às ideias e trabalhos do MST. A segunda parte do dossiê descreve a vida e o trabalho de 30 anos do assentamento Conquista na Fronteira, no município de Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina. Irma Brunetto, que vive no assentamento desde a sua origem, nos guia para mostrar como ele é organizado, como as pessoas lá vivem, como cultivam a terra de forma cooperativa, como os filhos estudam e como cuidam da saúde. "Em uma sociedade tão individualista quanto a nossa, nadamos contra a maré", diz Irma. Ela sabe que o método cooperativo é necessário para um planeta destruído pelo conflito e pela fome, pelo fracasso da ordem burguesa.

A **Oxfam e as Nações Unidas divulgaram um estudo** em 8 de abril que mostrou a possibilidade de uma contração de 20% na renda ou no consumo devido ao Covid-19; isso significa que o número de pessoas que vive na pobreza provavelmente aumentará entre 420 milhões e 580 milhões. Será a primeira vez em 30 anos que o número de pessoas em situação de pobreza aumentará e a primeira vez que isso se dará tão rapidamente. O impacto nas áreas rurais será forte. A ordem burguesa não tem resposta para o sofrimento; em contraste, organizações como o MST – enraizadas no horizonte socialista – já estão experimentando o futuro.

João Pedro Stédile é da direção nacional do MST. Conversei com ele esta semana para saber como o Brasil está lidando com a crise gerada pela pandemia e sobre a necessidade da reforma agrária.

Como você avalia o fato da classe dominante brasileira se recusar a enfrentar a questão da democratização da terra no país?

O Brasil é o país com a maior concentração de terras do mundo. Isso remonta ao nosso passado colonial; por 400 anos, a terra era de propriedade da monarquia, que dependia do trabalho de escravos, povos indígenas e africanos. Nossa classe dominante ainda é essencialmente escravista hoje; considera os trabalhadores apenas objetos a serem explorados.

Perdemos a oportunidade de aprovar uma reforma agrária quando a escravidão foi abolida em 1888, como ocorreu nos Estados Unidos, Haiti e outros países da América Latina. Perdemos a oportunidade novamente quando entramos no capitalismo industrial no século XX e não construímos um mercado para o consumo doméstico. Novamente, perdemos a oportunidade na década de 1960, quando mesmo o governo Kennedy nos Estados Unidos – assustado com a Revolução Cubana – defendia a reforma agrária como uma maneira de conter o avanço das revoluções no continente.

No Brasil, o poder econômico e a classe dominante são constituídos por grandes proprietários de terras, capital industrial, bancos e empresas agrícolas transnacionais, todos esses se fundem e agem em conjunto; esses atores preferem um modelo que concentre o agronegócio a outro que possibilite a reforma agrária.

O Brasil está pronto para um novo projeto histórico que se contraponha ao neofascismo? A resposta decadente de Bolsonaro ao coronavírus o prejudicará?

A sociedade brasileira está imersa em sua maior crise da História. Estamos no meio de uma profunda crise

econômica desde 2014, que gerou uma crise social repleta de desemprego, precarização e uma maior dependência do capital financeiro, que depois se transformou em uma crise política com o golpe contra Dilma, seguido pela eleição de um governo neofascista.

A pandemia aprofundou essa crise em todos os aspectos, sobretudo de um ponto de vista social, uma vez que – como vimos em outros países – a única maneira de enfrentar o vírus é com um governo forte, com organização popular e liderança.

O governo neofascista é o oposto completo disso, representando meros 8% compostos de seguidores fanáticos, neofascistas, pentecostais e uma burguesia lúmpen. Acredito que o coronavírus vai nos ajudar a aumentar a conscientização do povo e dividir a burguesia e a classe média e que – quando voltarmos às ruas – derrubaremos o governo fascista.

O governo neofascista está desmoralizado. Está apenas seguindo a ideologia do governo Trump; ambos estão no mesmo barco furado. O Império estadunidense também será derrotado por esta crise.

O que fará a população não rural aceitar o imperativo da reforma agrária?

A crise econômica, social, política e sanitária, com o coronavírus, está nos ajudando a mostrar à população em geral – 85% vivendo nas cidades – que precisamos organizar um novo modelo econômico antineoliberal e anti-imperialista. Esperamos poder construir novos paradigmas de organização social.

Um desses paradigmas é que – para garantir a saúde de toda a população – precisamos ter alimentos saudáveis. Somente pequenos agricultores e camponeses podem produzir alimentos saudáveis; o agronegócio não os produz – produz commodities e se interessa exclusivamente por lucros. Isso é antissocial.

Num futuro próximo, teremos melhores condições para explicar às pessoas que a nova reforma agrária não apenas redistribuirá as grandes propriedades rurais que darão trabalho aos camponeses. Esse novo tipo de reforma agrária se baseia em novos paradigmas: produzir alimentos saudáveis para todos com base em um modelo agroecológico que esteja em harmonia com a natureza e que proteja a água e combata as desigualdades e crises ambientais, como a mudança climática. Essa nova reforma agrária também produzirá alimentos usando a agroindústria e o conhecimento científico para apoiar nossa soberania alimentar. Em outras palavras, cada região ou território produzirá sua própria comida, evitando a dependência do comércio internacional em relação às empresas transnacionais. Realizaremos o comércio internacional de alimentos apenas com o excedente produzido depois de garantir que todo o nosso povo seja alimentado. Valorizaremos a culinária local e a cultura de nosso povo. Garantiremos o acesso à educação para toda a população, inclusive no campo. Essa reforma agrária popular beneficiará não apenas os camponeses, mas toda a população – grande parte da qual já mora nas cidades.

Sebastião Salgado, A luta pela terra: a marcha de uma coluna humana, 1997.

Essa é uma agenda política que olha adiante e não deixa o povo ser marinado no ódio.

Essa visão de mundo está presente no poema de Ademar Bogo, *É tempo de colher*:

> *Há momentos na história*
> *em que todas as vitórias*
> *parecem fugir da gente.*
> *Mas vence quem não desanima*
> *e busca em sua auto-estima*
> *a força pra ser persistente.*
> *O tempo passa lento mas também passa*
> *com ele a glória do imperador*
> *quem tem as mãos de construir*
> *terá de levantar-se e decidir*
> *o dia de enterrar a dor.*
> *E erguer-se de todos os lugares*
> *para dizer que é hora de colher*
> *tudo o que se plantou.*
> *Gente é como água do mar*
> *mesmo se movendo de vagar*
> *mostra no seu balançar*
> *que nunca se dobrou.*
> *Regamos o deserto da consciência*
> *e um novo ser nasceu*
> *é hora de ir em frente companheiro*
> *você é o guerrilheiro que a história nos deu*
> *Regamos o deserto da consciência*
> *e um novo ser nasceu*
> *é hora de ir em frente companheira*
> *você é a guerrilheira que a história nos deu*

É hora de jogar fora as hierarquias e misérias que herdamos do passado e construir as utopias possíveis – e necessárias – do futuro. É esse futuro que precisa ser cultivado.

Cordialmente, Vijay.